



Notas de Pesquisa: A Batalha de Porongos no Contexto da Guerra dos Farrapos (1844)

José Edimar de Souza¹

Resumo: O estudo analisa um episódio da epopeia farroupilha, a Batalha de Porongos (1844). O embate resultou em um número expressivo de mortes de lanceiros negros. A Guerra dos Farrapos ocorreu no atual Estado do Rio Grande do Sul, entre 1835-1945, no período político brasileiro chamado de Regência. Ao realizar a análise bibliográfica de artigos, dissertações e teses sobre a referida batalha, evidencia-se os motivos e apresenta-se a postura dualista do confronto, “do Cerro dos Porongos”, de 14 de novembro de 1844, onde ocorreu a chacina dos negros que serviam ao exército farroupilha gaúcho. Nesse sentido, a discussão situa-se entre a possibilidade ou não do conluio entre o General David Canabarro, pelas forças farroupilhas e o Barão de Caxias, pelas forças imperiais.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha. Batalha de Porongos. Lanceiros Negros.

Research Notes: The Battle of Porongos in the Context of the War of the Farrapos (1844)

Abstract: The study analyzes an episode of farroupilha epic, the Battle of Porongos (1844). The clash resulted in a significant number of black spearmen deaths. The War of Tatters rushed in the current state of Rio Grande do Sul, between 1835-1945, in the brazilian political period called Regency. To conduct a literature review of articles, dissertations and theses on that battle, it is evident the reasons and has the dualistic attitude of confrontation, “the Hill of Porongos” of november 14, 1844, which was the massacre of blacks who served the gaúcho farroupilha army. In this sense, the debate is between whether or not the collusion between General David Canabarro, the farroupilhas forces and the Baron de Caxias , the imperial forces .

Keywords: Farroupilha Revolution. Battle Porongos. Spearmen Blacks.

Introdução

A Guerra dos Farrapos faz parte dos movimentos liberais que abalaram o Império do Brasil no período regencial. No século XIX, durante este período, que começou logo após a abdicação de Dom Pedro I, em 1831, o Brasil passou a viver um dos momentos mais conturbados de sua história. Para Bastos (2011), com a regência no Brasil instalou-se um vazio de poder em diversas regiões ameaçando a integridade territorial brasileira. Nesse sentido, as disputas por este espaço nas províncias deflagraram diversos conflitos ideológicos, pois o rompimento com o colonizador e a abdicação do príncipe deixou o Brasil praticamente à deriva.

Bastos (2011) argumenta que no Brasil tinha uma carência muito grande de pensadores, teóricos, pela inexistência de instituições de ensino, como universidades, e, mesmo que a imprensa

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).



ainda não tivesse os recursos eficientes como entendemos na atualidade, ela era dirigida a objetivos específicos e ideológicos. Nesse sentido, as poucas instituições culturais da época, que eram as academias, eram dirigidas principalmente à poesia. Nestes ambientes de leitura e conhecimento funcionavam também para debates políticos, para textos de jornais, deixando de lado a literatura e a busca por teorias que circulavam pelo mundo.

Além disso, o Ato Adicional de 1834 e as atitudes políticas da Regência não agradavam à elite latifundiária da Província do Rio Grande de São Pedro. O choque entre o poder centralizador da Regência e o localismo da aristocracia gaúcha provoca reclamações na Assembleia que em 1835 é tomada pela rebelião. Diferente das rebeliões regenciais, a “Revolução” Farroupilha ou Guerra dos Farrapos é a mais longa (1835-1845). Este movimento cujo objetivo principal era caprichos políticos e reveses econômicos da elite gaúcha, patrocinado pelos exaltados, conquista uma série de adeptos que movidos por uma propaganda “republicana” seguram a revolução/guerra até 1845.

No período regencial situam-se diferentes conflitos que avançam o Segundo Reinado, como é o caso da Guerra dos Farrapos². Nesse sentido, é considerado como período de transição da organização do jogo político da dividida elite regional. Embora, o Ato Adicional de 1834, tenha possibilitado a criação de assembleias provinciais, o controle constitucional ficou a cargo da Assembleia Geral. De fato, o cerceamento às forças liberais e à instabilidade nas províncias só começaram a ser contidas, com a maioria do Imperador Pedro II, em 1840³ e o reestabelecimento do Poder Moderador e do Conselho de Estado, aspecto que retoma a centralidade das instituições políticas mais conservadoras do governo, contando com aliança entre a burocracia e aristocracia rural. (FAORO, 1997).

De acordo com Pinheiro (2009), a maioria do Imperador infante e a recentralização do poder, sobretudo nas províncias, a lei da “Interpretação do Código” em 1841, contribuiu para aligeirar o fim dos conflitos. No caso da Guerra dos Farrapos, a negociação envolvia uma série de reivindicações, que procuravam preservar direitos da elite que esteve à frente do conflito. A Guerra dos Farrapos, como outros movimentos sociais que eclodiram, no Brasil, mostra como a ideologia serviu para encobrir interesses de grupos que, falando em nome do povo cujas reivindicações diziam representar, procuraram legitimar sua ação. Tanto os farrapos, ao questionarem o Estado Nacional,

² Além dessa, podemos citar, por exemplo, a Balaiada no Maranhão e a Sabinada na Bahia, esta última que também tinha caráter separatista como a Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

³ Para Pinheiro (2009), a antecipação da maioria de D. Pedro II e sua subida ao trono, com todo o peso da mística que envolvia a figura do imperador e a força da tradição monárquica, ajudaram a cimentar a recomposição da elite política e iniciar as negociações com os líderes dos conflitos nas províncias.



tal como vinha sendo estruturado, como os “legalistas” ao defenderem essa estrutura, fazendo uso da ação armada, tinham consciência do que faziam e por que o faziam (PICCOLO, 1997).

A Batalha de Porongos (1844) aconteceu nos meses finais da Guerra dos Farrapos (1845), que teve seu desfecho com assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde. Este episódio aconteceu na madrugada de 14 de novembro de 1844, no Cerro de Porongos, no atual município de Pinheiro Machado, no estado do Rio Grande do Sul, como se identifica em destaque, na figura 1 abaixo:

Figura 1 – Pinheiro Machado no mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE (2010)

O incidente vinculado aos conflitos iniciados no período regencial brasileiro avança o início do Segundo Império. O interesse pelo episódio situa-se no fato de que existe uma discussão “acalorada” sobre o assunto. Enquanto há uma corrente historiográfica que defende a participação dos negros com forte inspiração nos princípios de liberdade e igualdade, há outros que defendem a sua atuação como “massa de manobra” para alcançar os propósitos da elite gaúcha.

Nesse sentido, a polêmica situa-se na possível traição de David Canabarro ao corpo de lanceiros negros, considerando que havia um clima de armistício entre o Império e os revolucionários, e as tratativas para o fim da Guerra já havia se iniciado por Canabarro e Duque de Caxias. Portanto, o objetivo deste estudo é identificar e compreender como o negro é retratado na Batalha de Porongos (1844) importante episódio da história da Guerra dos Farrapos.

A pesquisa orienta-se pelo estudo bibliográfico que aborda representações de argumentos de pesquisadores que, considerando os aspectos de contexto e de cultura como indispensáveis para o estudo de fenômenos humanos posicionam-se como tendenciosa ou não o ataque de Porongos. As



pesquisas qualitativas “[...] vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos [...] e relações culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais” (GATTI; ANDRÉ, 2010, p. 30). A metodologia aplicada busca ainda enfatizar o conceito de revolução, guerra e liberdade, bem como, caracteriza a relevância deste episódio no contexto da Guerra dos Farrapos.

O Contexto da Guerra dos Farrapos

Com a independência do Brasil, inicia-se um processo de descolonização e adaptação econômica. O capitalismo, enquanto sistema em formação encerrava a sua etapa de acumulação primitiva e atingia a fase em que se constituía como modo de produção plenamente configurado. Dessa forma, os mecanismos utilizados pela metrópole central para captar as arrecadações coloniais, o monopólio e o escravismo, mecanismo de sustentação do antigo colonialismo, passaram a se tornar um entrave à constituição plena do capitalismo.

O primeiro reinado é marcado pela crise econômico-financeira herdada do período colonial (perda de mercado dos principais produtos brasileiros) e pela instabilidade política, quando a própria autonomia do país foi ameaçada pela presença de grupos portugueses favoráveis à recolonização. A abdicação, seguida pela instituição da Regência, marcou o momento em que a camada dominante nacional assumiu de fato o controle do processo político do país.

A situação se equacionava da seguinte forma: aos compradores de charque interessava um baixo preço de venda deste produto no mercado interno, o que obtinham através da imposição de baixas tarifas alfandegárias sobre o produto platino, que conseguia assim se colocar com vantagem no mercado interno brasileiro. Entretanto, a política de redução dos impostos de importação não podia ser seguida de maneira uniforme pelo centro, pois com isso decresciam as rendas provenientes das alfândegas, base de sustentação da monarquia. Os detentores do poder central, com isso, optavam por uma política discriminada: estabeleciam baixos impostos para a entrada do charque estrangeiro, mas gravavam com altas taxas de importação determinados insumos, como o sal. Desta forma, o Rio Grande do Sul se via duplamente lesado, uma vez que o sal se constituía num artigo indispensável para a fabricação do charque (PESAVENTO, 1990, p. 39-40).

Dessa forma, a economia sulina estava subordinada à economia central brasileira. A acumulação local era menor do que aquela passível de ocorrer nas economias de exportação brasileiras. O grau de acumulação implicava uma menor capacidade de importação de artigos que pudessem tornar mais aristocrática e refinada a sociedade sulina.

Nesse sentido, a elite revolucionária gaúcha realizou um endosso seletivo das ideias liberais



em voga na época na Europa e no Brasil, adaptando-as aos interesses e problemas locais. A bagagem ideológico-liberal farroupilha comportava ainda ideias de Rousseau no que dizia respeito à questão das liberdades ou direitos individuais do cidadão. O governo liberal almejado pelos rebeldes era aquele que, fundamentado na divisão de poderes e firmado sobre a lei, garantisse a soberania dos povos, assim como a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos.

Para Leitman (1979), aos olhos imperiais, ‘o verdadeiro espírito de todos os chefes rebeldes é o de republicanismo, e seus verdadeiros fins são separar-se do Império... e gozar de doces efeitos de uma desesperada anarquia, porque para eles, o roubo, o estupro e a vingança por assassínios, ou pela destruição dos bens alheios, são prazeres. O resto dos homens que servem de instrumento a estes chefes são simples máquinas.

A Guerra dos Farrapos, como outros movimentos sociais que eclodiram, no Brasil, mostra como a ideologia serviu para encobrir interesses de grupos que, falando em nome do povo cujas reivindicações diziam representar, procuraram legitimar sua ação. Tanto os farrapos, ao questionarem o Estado Nacional, tal como vinha sendo estruturado, como os “legalistas” ao defenderem essa estrutura, fazendo uso da ação armada, tinham consciência do que faziam e por que o faziam. (PICCOLO, 1997, p. 60).

Na verdade, os farroupilhas queriam eleições de suas autoridades e não a nomeação de parentes de amigos de governantes, que nada entendiam de leis ou administração, governando em proveito próprio. Os liberais usavam a divisa liberdade, igualdade e fraternidade, sabendo que igualdade é uma quimera porque as pessoas são diferentes, a igualdade é apenas perante as leis, que deveriam ser de acordo com os costumes do povo, simplificando-se o código de leis. A liberdade seria alcançada com a garantia e respeito à propriedade.

Além de tudo isso, D. Pedro I aumentara o descontentamento do Rio Grande do Sul pelo modo como conduzira a Guerra Cisplatina (1825-28), preferindo o Marquês de Barbacena a um gaúcho, no comando de uma campanha que se desenvolvia em território sulino, e recusando indenizar os proprietários de terra pelos estragos causados pelo Exército imperial em suas marchas.

Havia um descontentamento com relação à destinação dos fundos públicos do Império. O Rio Grande do Sul tinha acumulado um superávit, que não podia ser aplicado em construção de pontes, estradas e obras públicas e nem para pagar credores, estes comerciantes e soldados ainda remanescentes da guerra de libertação do Uruguai 1825-1828 (SOUZA, 2009).

Em 1834, a província do Rio Grande do Sul estava dividida em 14 municípios, com a população concentrada no vale do rio Jacuí, no trecho entre Cachoeira e Porto Alegre. Os municípios



dividiam-se em freguesias, áreas limitadas geograficamente, tendo como sede uma igreja matriz, com jurisdição sobre outras igrejas e capelas. Das cidades e vilas dos 14 municípios, as mais importantes eram Porto Alegre, Rio Pardo, Pelotas e Rio Grande (SOUZA, 2009).

Os acontecimentos revolucionários se precipitaram com a aplicação das reformas do Ato Adicional de 1834, que transformaram as Juntas Provinciais em Assembleias Legislativas. Antes os deputados examinavam apenas as prestações de conta e relatórios do presidente, agora passavam a elaborar leis, que eram atribuições do governante provincial e do poder central.

O ato adicional de 12.8.1834 concedeu mais autonomia às províncias, transformando seus Conselhos, meramente consultivos, em Assembleias Legislativas, que poderiam elaborar leis sobre assuntos civis, judiciais e eclesiásticos, antes de competência exclusiva da corte. Este ato era a tentativa dos liberais moderados (chimangos) que estavam no poder regencial, de contentarem os liberais exaltados, sem descontentarem os conservadores. Competia à Assembleia legislar sobre temas que antes eram atribuições do presidente da província: instrução pública, serviço de polícia, economia municipal, fixação de despesas provinciais e municipais, criação e supressão de empregos públicos, obras públicas, estradas e navegação interior, sobre casas de socorros públicos, conventos e associações políticas ou religiosas e o mais importante para os farroupilhas – suspender o presidente da província de suas funções de acordo com a lei (PICCOLO, 1992, p. 30).

O irmão do presidente Braga, o juiz Pedro Chaves, havia solicitado dois cargos para correligionários, sendo um deles o de chefe de polícia, que Bento Gonçalves já pretendia conceder a seu primo Domingos José da Porciúncula. O controle da chefia de polícia era importante, porque os delegados realizavam as eleições no interior - candidato de delegado não perdia as eleições. Esse fato provocou a ruptura entre o presidente Braga e Bento Gonçalves, que já estava brigado com o comandante das armas. Essas lutas pessoais influíram no desencadear da revolução, porque dividiram os rio-grandenses em grupos dominados pelas paixões pessoais e mesquinhas.

O presidente Antônio Braga pretendia criar impostos sobre a propriedade rural, pois não achava justo que grandes latifundiários nada pagassem. Enquanto o habitante do núcleo urbano, às vezes, tendo apenas uma casinhola para viver, pertencesse ao único grupo de contribuintes de impostos territorial e predial. Os estancieiros protestaram contra a medida, apesar do imposto ser bastante módico, pois segundo as ideias da época, as taxas só podiam recair na produção, jamais no capital (PESAVENTO, 1990, p. 16)

Em setembro de 1835, Bento Gonçalves, rico proprietário e comandante da fronteira liderou a deposição do presidente de Porto Alegre pelas tropas farroupilhas. Estando a Capital do Rio Grande do Sul tomada pelos farroupilhas, enquanto Fernandes Braga se refugiou na cidade de Rio Grande.

A primeira fase do movimento farroupilha se desenvolveu de 20.9.1835 a 11.9.1836, caracterizando-se pela deposição do presidente Braga, pelo governo do vice-presidente Marciano



Pereira Ribeiro, pela luta da Assembleia com Araújo Ribeiro, por vários combates e atuação da esquadilha liberal. A segunda fase desenvolve-se entre 11.9.1836 a 28.02.1845, caracterizando-se pela expansão, grandes batalhas e também condução da Paz de Ponche Verde.

Para Souza (2009), de 1835 a 1839, registrou-se um avanço das forças farroupilhas sobre as legalistas, marcado pela tomada de Rio Pardo, Piratini e Pelotas. Em 11 de Setembro de 1836, os farrapos obtiveram uma grande vitória na zona da campanha, em Seival. Ainda no campo de batalha, o general farrapo Antônio de Souza Neto proclamou a república, ato este que foi reconhecido por uma série de Conselhos Municipais da região da Campanha.

As negociações duraram de 1843 a 1845 e um único fator é capaz de explicar os termos tão comedidos da Paz de Ponche Verde: o governo imperial pretendia garantir a boa vontade das elites gaúchas, considerando os eventuais conflitos com Oribe e Rosas, os vizinhos do Prata, potencialmente hostis aos interesses do Brasil. A paz foi definitivamente firmada em 28-02-1845, com a assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde, que estabeleceu a libertação de presos de ambos os lados, a permissão aos farrapos de ingressarem no exército imperial, a encampação das dívidas contraídas pela República de Piratini, a “alforria para os escravos” dos farroupilhas e a criação de um imposto para o charque importado da região platina.

De acordo com Flores (2004), a mais longa revolta republicana contra o Império brasileiro foi a epopeia Farroupilha. Motivada pelos estancieiros gaúchos, poderosos proprietários de terras, que se sentindo desfavorecidos pelas leis federais, principalmente pelos impostos considerados excessivos, entram em negociações com o governo regencial. Tais negociações, consideradas insatisfatórias, criam um crescente estado de tensão até o rompimento definitivo e a declaração de guerra, em 20 de setembro de 1835.

A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835-1845), foi o maior dos conflitos internos enfrentados pelo governo imperial. Durante dez anos, uma parcela da elite pecuarista rio-grandense esteve à frente do conflito. No entanto, foi necessário arregimentar soldados e os farroupilhas incorporaram escravos às suas fileiras, prometendo em troca a liberdade após o fim do conflito. É importante ressaltar que nem toda a província se encontrava em guerra. Nesse caso, alguns eram capturados à força, nas estâncias que eram invadidas e saqueadas pelos farroupilhas. Em outros casos, os negros fugiam das propriedades onde eram mantidos escravos para aderir à luta. Ou ainda havia aqueles senhores de terra que apoiavam a revolução e emprestavam seus escravos para atuarem como soldados.

No contexto da Revolução ou Guerra dos Farrapos (1835-1845) a participação dos negros,



no corpo de lanceiros, é um dos episódios da história do Rio Grande do Sul que costuma dividir opiniões. Há pelo menos duas vertentes que pretendem indicar o modo como o conflito foi solucionado pelo império. Uma que se pretende libertária e favorável aos “ideais” farroupilhas e outra que defende o conflito como uma solução favorável para elite gaúcha, que não teria como cumprir as promessas feitas aos escravos, para que os mesmos aderissem ao movimento.

Notas: O Cenário da Batalha de Porongos

A trágica batalha de Porongos (1844) dizimou o corpo de Lanceiros Negros que participaram ativamente da Guerra dos Farrapos. O episódio situa-se no período final do longo conflito entre a elite latifundiária gaúcha e o governo imperial (1835-1845), conhecido na História do Brasil, como Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha.

Para Flores (2004) o episódio se tornou notório em função do corpo de lanceiros terem sido atacados em condições desfavoráveis, com inferioridade de armamentos, e que acabaram eliminados em quantidade considerável. No conjunto das batalhas a que gera maior polêmica entre os historiadores, pois em detrimento daqueles que acreditam que a participação dos negros foi “igualitária e justa” há uma versão para o fato que endossa o descaso de David Canabarro – general farroupilha, que teria avisado aos imperiais, a data e o local do acampamento dos lanceiros, favorecendo o sorrateiro ataque de Porongos (1844).

Os negros, índios e mestiços tiveram uma participação importante na Guerra dos Farrapos, como argumenta Flores (2004) e Pesavento (1997). Para arregimentar soldados, os farroupilhas incorporaram escravos às suas fileiras, prometendo em troca a liberdade após o fim do conflito, este fato fez com que muitos negros fugissem das fazendas e aderissem ao movimento. Para Carvalho (2005) apesar das promessas, em nenhum momento a República Rio-Grandense libertou seus escravos. A questão da abolição era controversa entre seus líderes. Ao mesmo tempo em que o governo rebelde prometia liberdade aos escravos engajados e condenava a continuidade do tráfico de escravos.

Em Porongos, as tropas imperiais comandadas por “Moringue”, (Francisco Pedro de Abreu) atacaram soldados farroupilhas que estavam acampados nas imediações, resultando na morte e na prisão de muitos. Em sua maioria, eram lanceiros negros, escravos que lutavam no exército farroupilha (CARVALHO; OLIVEIRA, 2008).

Para Oliveira e Salaini (2010), o destino dos lanceiros negros no fim do conflito também é tema controverso. As negociações de paz, que resultaram na assinatura do Tratado de Ponche Verde em 1845, definiram que os escravos ainda engajados deveriam ser entregues ao barão de Caxias e



reconhecidos como livres pelo Império. Sabe-se que, juntamente com outro grupo feito prisioneiro em batalhas, foram enviados ainda em 1845 para o Rio de Janeiro na condição de liberto, o que necessariamente não representa liberdade desses soldados.

Na pesquisa qualitativa, o registro das informações representa um processo complexo, tanto pela subjetividade das respostas, e análise das narrativas. Quanto aos aspectos metodológicos, iniciou-se pela realização do levantamento bibliográfico. Nesse sentido, buscou-se identificar e compreender como aconteceu o conflito. Qual a relação entre o contexto mais amplo do período regencial e da Guerra dos Farrapos, além disso, como o negro atuou nesta Batalha. Destaca-se trabalhos que foram apresentados em eventos da área, artigos científicos, bem como, teses e dissertações.

Considerações para Análise e Discussão

Para Oliveira e Soares (2007), o general David Canabarro, comandante das tropas farroupilhas no período de 1837-1845 é cultuado na história como figura dúbia, ora como um “herói” farroupilha ora como responsável pelo massacre dos lanceiros negros no cerro de Porongos. Do ponto de vista historiográfico, os referidos autores citam autores como Walter Spalding, (1969) que defendem Canabarro como ardiloso general que possibilitou o tratado de “Pedras Altas”, bem como, Moacyr Flores que enfatiza o aspecto do “massacre de Porongos”. General David Canabarro, por batismo David José Martins, nasceu no dia 22 de Agosto de 1796 em Taquari, RS. Participou de importantes conflitos, antes de ingressar na Guerra dos Farrapos. Como jovem soldado, em 1811 – 1812 participou de campanhas no Prata, saindo desta campanha com a promoção a cabo.

Esta pesquisa discute a polêmica historiográfica em torno do acontecimento conhecido como “Surpresa de Porongos” ou “Traição de Porongos”. De acordo com Barbosa (2011), há constatações de contradições tanto na historiografia quanto na própria documentação e testemunhos levantados pelos dois primeiros debatedores do tema: Alfredo Varela e Alfredo Rodrigues. E apresenta na atualidade poucas inovações no sentido de compreender o modo como os negros se envolveram nesta batalha.

O episódio ocorrera na madrugada de 14 de novembro de 1844, na localidade conhecida como Cerro de Porongos, e figura como um dos mais trágicos episódios da Guerra. De acordo com Barbosa (2011), a força dos rebeldes encontrava-se em desvantagem numérica quando fora atacado pelas tropas comandadas por Francisco Pedro de Abreu, o Moringue. O resultado foi centenas de negros libertos mortos e inúmeros prisioneiros de guerra.

Para Guazzelli (2011), os fenômenos de variações nas percepções de cor e raça em diferentes períodos para ampliar a compreensão das contradições, tanto na documentação quanto na



historiografia, acerca do desfecho do episódio ocorrido em 14 de Novembro de 1844 no Cerro de Porongos pode auxiliar no processo de compreensão de uma certa imagem mais clara da formação da infantaria rebelde, a mais degradante das armas, constituída pelos lanceiros negros, aqueles que na ocasião do embate seriam primeiramente “exterminados”.

Na historiografia atual, encontramos evidências reveladoras sobre o caso. Na fase final da Guerra dos Farrapos, a batalha de Porongos, ou melhor, o massacre de Porongos, conforme as novas críticas foram onde, segundo consta, David Canabarro teria facilitado o ataque das tropas de Luiz Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias. Nesse sentido, sua suposta ação é entendida como uma traição aos Lanceiros Negros, grupo de escravos que lutavam em troca de sua liberdade. Previamente avisado do avanço das tropas imperiais, desarmou o grupo de lanceiros negros e antes da batalha deixou-os para lutarem sozinhos e sem armas contra o exército imperial.

Um episódio que ocorreu no final da Revolução Farroupilha (1835-1845), Rio Grande do Sul, é alvo de polêmica de diversos grupos sociais deste estado. Mais especificamente, o evento em questão apresenta relação com a morte de parte do Corpo de Lanceiros Negros que lutou ao lado dos rebeldes republicanos em tal revolução. A polêmica põe em questão a possibilidade do herói farroupilha e comandante da tropa de negros – David Canabarro – ter traído os negros que estavam sob seu comando, já que o Império do Brasil não teria a intenção libertá-los ao término da revolução. Sialini (2006), em sua dissertação de mestrado em antropologia busca referenciar a participação dos negros neste combate. E se para uma determinada corrente historiográfica apenas o soldado branco e da elite estancieira é que é compõe a memória deste importante período da história do Estado, é preciso recuperar e relativizar o sentido dos “homens de fama”⁴ na construção histórica, como argumenta Passeti (2004).

Sinotti, Kontz e Júnior (2015) argumentam que o ataque dos imperiais foi muito bem articulado. A marcha que levou Moringue ao acampamento dos lanceiros negros chegou “no silêncio espaçoso da noite campeira”. Cuidadosamente os freios e demais adereços metálicos da gente montada foi envolvida em trapos, para não fazer barulho. O prejuízo do ataque não foi apenas a perda de soldados, ora libertos por terem ingressado nas frentes de batalha. Perderam-se cavalos, peças de artilharia, munições, arreios e muitos homens.

O argumento de que David Canabarro fora avisado do ataque de Porongos sustenta-se em

⁴ Para Passeti (2004, p. 20), apoiado em Foucault, os sujeitos são como lugares que são produções sociais, os sujeitos sem fama, se constituem e se desmancham, metamorfoseiam-se no próprio processo histórico. Nesse sentido, podem vir a ser ocupado por qualquer corpo, qualquer rosto, qualquer nome.



evidências orais e documentos escritos. Sinotti, Kontz e Júnior (2015) apoiados em pesquisa e literatura publicada no início do século XX, por Alfredo Varella (1933) endossam que o General Canabarro queria a Paz e valeu-se de diferentes estratégias para conseguir alcançar seu objetivo: o confronto de Porongos favorecia esta situação, uma vez que enfraquecia, diminuía e divisava a tropa farroupilha.

Já o argumento que se opõe a Varella é originalmente apresentado por Walter Spalding. Nesse sentido, o evento de Porongos não pode ser considerado um combate, mas foi uma ação que trouxe muitas consequências para o projeto de República que almejavam os farroupilhas. De acordo com Spalding, este incidente teria deixado Canabarro mais furioso, pois o mesmo acreditava que o conflito só seria resolvido através das armas.

Para Flores (2004), neste combate morreram apenas os negros da infantaria, perto de uma centena, que acampavam isolados dos brancos. Com a destruição da principal força republicana, permitia-se que brancos e indígenas fugissem. A crítica de Flores é que o Tratado de Paz de Ponche Verde não foi um acordo que anistiou e beneficiou a população gaúcha. É importante ressaltar que desde 1842, quando Luiz Alves de Lima e Silva assumira a presidência da Província, a posição dos generais farroupilhas já não era a mesma, além disso, as dificuldades e o desgaste referente ao longo período de guerra favoreceu alianças, e em essência o acordo preservava os privilégios que já gozavam os brancos, especialmente os militares de patente.

Considerações Finais

O início do século XIX, principalmente no Brasil, com sua recém proclamada independência evidencia o liberalismo presente no discurso das elites, mas que não se confundiu com a libertação, mas, antes, com a ordenação do poder. Esse poder deveria ser exercido seletivamente. O liberalismo, revolucionando o horizonte cultural das elites nativas, preocupou-se não só com os conflitos que as uniam contra o estatuto colonial, mas também com a defesa da Independência, da Monarquia Constitucional e da democratização do poder político no âmbito dos estamentos senhoriais (PICCOLO, 1997).

A insurreição que os farrapos preferiram chamar de revolução durou dez anos. Fazer a revolução significava romper com estruturas que não foram alteradas com esta epopeia, por exemplo, o fim da escravidão. A escravidão era uma “doença” que os pacientes não aceitavam ter. Preferia dirigir suas críticas à falta de protecionismo aos produtos econômicos, como o Charque. A concorrência com os países platinos era sim um problema, na visão dos estancieiros. Nesse sentido, mesmo que ainda existam dilemas sobre a possível “surpresa ou traição” de Porongos, os argumentos



aqui organizados neste estudo sugerem, como argumenta Flores (2004) que os mais de 100 mortos em 14 de novembro de 1844, precipitaram a condução da assinatura do Tratado de Paz pelos soldados Farroupilhas.

Entendo que os negros, os indígenas e mestiços foram utilizados pelos generais farroupilhas para “engrossar” as fileiras do exército, em troca da pretensa liberdade após o fim do conflito. Essa “propaganda enganosa”, como argumenta Flores (2004), pois, os negros estavam em busca de sua alforria, por isso aderiram à luta, uma “falsa e curta liberdade”. Em alguns momentos os lanceiros negros, chegaram a representar a metade do exército rio-grandense.

Referências

- BASTOS, Maria Helena Camara. A educação como espetáculo. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Século XIX. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- CARVALHO, Ana Paula Comin. O memorial dos lanceiros negros: disputas simbólicas, configurações de identidades e relações interétnicas no sul do Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, Goiânia, UFG, 2005.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antônio e outros personagens negros na Guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto F.; SANTOS, José A. dos (Orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 11 edição. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1997.
- FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 29-38.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **A cor de Porongos: percepções raciais flutuantes no século XIX**. Monografia de Conclusão de Curso. 2011. 58f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História: Licenciatura. 2011.
- IBGE (10 out. 2002). Área territorial oficial. Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02).
- LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- OLIVEIRA, Fabiana de; SOARES, André Luís Ramos. Educação Patrimonial e a Pesquisa arqueológica do “Sítio Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. In: **Anais do IX Cidade Revelada. Encontro sobre Patrimônio Cultural**. I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural. Itajaí, Santa Catarina, 2007.
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; SALAINI, Cristian Jobi. Escravos farrapos. **Revista História**. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:



- <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/escravos-farrapos>>. Acesso em: 18 dez. 2015.
- PASSETTI, Edson. (Coord.) **Kafka, Foucault: sem medos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- PESAVENTO, Sandra J. **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 5.ed. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1990.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Guerra dos Farrapos e a construção do estado nacional. In: PESAVENTO, Sandra J. **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- PINHEIRO, Israel De Oliveira. O regionalismo no Brasil Império. **Revista Ágora**, n. 9, 2009.
- SALAINI, Cristian Jobi. **“Nossos Heróis não morreram”**: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado EM antropologia Social). 2006. 144f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia social. 2006.
- SINOTTI, Kárita Gill; KONTZ, Leonardo Betemps; JÚNIOR, Odilon Leston. A Revolução Farroupilha: o massacre de cerro dos Porongos, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 27, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/01/porongos.html>>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- SOUZA, José Edimar de. **O pastor Klingelhoefter e a revolução farroupilha: uma contribuição ao cinquentenário da emancipação política de Campo Bom**. São Leopoldo: Oikos, 2009.